

Direitos das adolescentes ao longo de 30 anos: avanços, desafios e perspectivas

Adolescent Girls' Rights Over 30 Years: Progress, Challenges, and Perspectives

Derechos de las adolescentes a lo largo de 30 años: avances, desafíos y perspectivas

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos
Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: Recentemente foi publicado em pela ONU Mulheres, UNICEF e a ONG Plan International o relatório "Girl goals: what has changed for girls? Adolescent girls' rights over 30 years". O documento analisa avanços, desafios e perspectivas dos direitos das meninas adolescentes nesses 30 anos após a Declaração de Pequim (1995). Houve progressos em educação, saúde e combate à violência, mas persistem desigualdades regionais, pobreza, violência de gênero e barreiras estruturais. O documento propõe metas, investimento intersetorial e protagonismo juvenil para garantir que meninas tenham acesso a direitos, oportunidades e voz nos próximos 30 anos.

Palavras-chave: Saúde do Adolescente; Saúde da Mulher; Violência de Gênero; Violação de Direitos Humanos.

Abstract: Recently, the report "Girl Goals: What Has Changed for Girls? Adolescent Girls' Rights Over 30 Years" was published by UN Women, UNICEF, and the NGO Plan International. The document analyzes the progress, challenges, and future perspectives of adolescent girls' rights in the 30 years since the Beijing Declaration (1995). While there have been advances in education, health, and addressing violence, regional inequalities, poverty, gender-based violence, and structural barriers persist. The report proposes clear targets, cross-sector investments, and youth leadership to ensure that girls have access to rights, opportunities, and a voice over the next 30 years.

Key words: Adolescent Health; Women's Health; Gender-Based Violence; Human Rights Abuses.

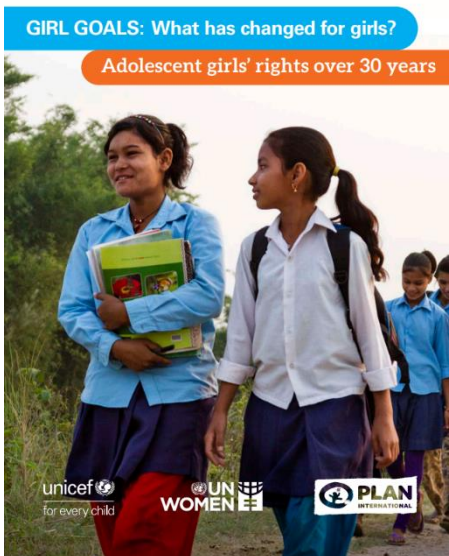
Resumen: Recientemente se publicó el informe "Girl Goals: What Has Changed for Girls? Adolescent Girls' Rights Over 30 Years", elaborado por ONU Mujeres, UNICEF y la ONG Plan International. El documento analiza los avances, desafíos y perspectivas en los derechos de las adolescentes en los 30 años posteriores a la Declaración de Beijing (1995). Aunque ha habido progresos en educación, salud y lucha contra la violencia, persisten desigualdades regionales, pobreza, violencia de género y barreras estructurales. El informe propone metas claras, inversión intersectorial y protagonismo juvenil para garantizar que las niñas tengan acceso a derechos, oportunidades y voz en los próximos 30 años.

Palabras-clave: Salud del Adolescente; Salud de la mujer; Violencia de Género; Violaciones de los Derechos Humanos.

Introdução

A adolescência é uma fase marcada por intensas mudanças físicas, emocionais, cognitivas e sociais. Nesse período de transição entre a infância e a vida adulta, o sujeito vivencia a construção da identidade, o fortalecimento da autonomia e o desenvolvimento de valores e projetos de vida. Ao mesmo tempo, é um momento de complexidades, com conflitos internos, busca por pertencimento, instabilidade emocional e influência significativa do meio social e familiar. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera essa fase sendo dos 10 aos 19 anos o que atualmente representa 16% da população mundial.

A adolescência feminina ainda enfrenta desafios adicionais como pressões sociais marcadas por desigualdades de gênero. É nesse momento que muitas lidam com cobranças em relação à aparência, sexualização precoce, expectativas familiares e restrições à autonomia.

 <p>GIRL GOALS: What has changed for girls? Adolescent girls' rights over 30 years</p> <p>unicef for every child UN WOMEN PLAN INTERNATIONAL</p>	<p>Recentemente foi publicado o relatório <i>Girl Goals: What has changed for girls? Adolescent girls' rights over 30 years</i> pelo UNICEF em conjunto com a ONU Mulheres e a ONG Plan International. O documento apresenta uma síntese dos avanços, desafios e perspectivas relativas aos direitos de meninas adolescentes desde a Declaração de Pequim (1995), com ênfase na Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além disso, o relatório analisa dados e tendências em áreas-chave, e compara os ganhos históricos com os esforços ainda necessários para alcançar as metas dos 16 ODS voltados às adolescentes até 2030.</p>
--	--

A Plataforma de Ação de Pequim foi um marco histórico no compromisso de 189 países com a igualdade de gênero, dando destaque às meninas adolescentes. Evidentemente o mundo mudou muito desde então e trinta anos depois, o progresso é inegável. Mais meninas estão na escola, as taxas globais de casamento infantil e mutilação genital feminina diminuíram e a gravidez na adolescência também caiu em muitas regiões, graças à ampliação do acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva. Medidas contra a violência de gênero foram reforçadas e a tecnologia digital contribuiu para o ativismo e para oportunidades econômicas.

Na área da educação, observou-se uma melhora significativa: a proporção de adolescentes e mulheres jovens fora da escola no ensino secundário superior caiu de 49% em 2000 para 30% em 2023. Da mesma forma, a proporção de meninas e mulheres jovens (entre 15 e 24 anos) que não estavam estudando, trabalhando ou em treinamento reduziu-se de 33% em 2005 para 28% em 2023.

Em relação à diminuição do casamento infantil: em 1998, 25% das mulheres entre 20 e 24 anos haviam se casado ou estavam em união antes dos 18 anos; esse número caiu para 19% em 2023. A cobertura vacinal contra o HPV (ao menos uma dose entre meninas que completam 15 anos) teve um grande salto: de apenas 3% em 2010 para 20% em 2023.

Na área da saúde, houve uma queda expressiva nas novas infecções anuais por HIV entre meninas de 15 a 19 anos: de 300 mil casos em 1995 para 96 mil em 2023. A taxa de natalidade na adolescência também diminuiu significativamente, passando de 73 para 38 nascimentos por mil meninas de 15 a 19 anos no período de 1995 a 2025.

Quanto ao estado nutricional, a proporção de meninas entre 10 e 19 anos com baixo peso caiu de 10% em 1995 para 8% em 2022. Finalmente, o acesso a serviços básicos de saneamento melhorou substancialmente: em 2000, 45% das meninas entre 10 e 19 anos não tinham acesso a esses serviços, número que caiu para 19% em 2022.

No entanto, esses avanços e progressos são desiguais ao redor do mundo. Meninas em zonas de conflito e guerras, em áreas remotas e em situação de pobreza enfrentam barreiras ainda mais expressivas no acesso à educação, à saúde e ao empoderamento econômico.

Meninas adolescentes ainda têm o dobro de probabilidade de não estarem na escola, empregadas ou em formação profissional. Além disso, 9 em cada 10, em países de baixa renda, não possuem acesso à internet.

Globalmente, 650 milhões de meninas e mulheres vivas hoje sofreram violência sexual na infância, e quase 1 em cada 5 meninas se casa ainda na infância. Houve progresso considerável na redução do casamento infantil no Sul da Ásia, enquanto a América Latina e o Caribe não registraram avanços. Além disso, complicações decorrentes da gravidez e do parto são potencialmente fatais e representam 1 em cada 23 mortes entre meninas de 15 a 19 anos em todo o mundo.

A crise climática e as emergências sanitárias, como a pandemia de COVID-19, agravaram essas desigualdades, aumentando as taxas de evasão escolar e a vulnerabilidade à violência de gênero. Além disso, embora o acesso digital tenha ampliado e criado oportunidades, também trouxe novas ameaças, como o assédio e a exploração *online*.

Na sequência deste panorama introdutório, o relatório organiza a análise em seis eixos temáticos, o que facilita a compreensão multidimensional da vida das adolescentes. Em termos metodológicos, é combinada uma análise quantitativa (com dados oficiais internacionais comparáveis) e qualitativa, especialmente por meio do estudo longitudinal desenvolvido pela ONG Plan International (*Real Choices, Real Lives*), que lança luz sobre mudanças intergeracionais nas vivências das meninas.

Trata-se de um estudo que acompanha, há mais de uma década, meninas e suas famílias em, originalmente conduzido em países da América Latina, África e Ásia, revelando experiências intergeracionais relacionadas aos direitos das meninas, seus desafios e aspirações, e tem como objetivos: (1) captar mudanças nas normas de gênero, percepções, escolhas e oportunidades que moldam a vida de meninas desde a infância até a adolescência; (2) entender como fatores como pobreza, gênero, cultura, políticas públicas e mudanças globais impactam o cotidiano das

meninas e suas famílias; e (3) produzir evidências qualitativas para complementar indicadores quantitativos, frequentemente insuficientes para captar dinâmicas de agência, empoderamento e transformações subjetivas.

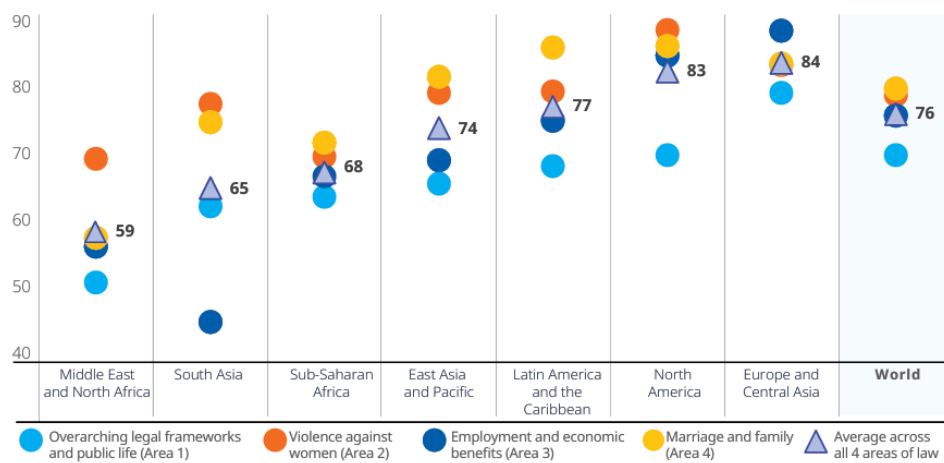
Para este relatório ampliou-se escopo e profundidade, incluindo novos países e dimensões analíticas para fornecer uma visão mais abrangente e representativa das experiências de meninas adolescentes ao redor do mundo. Ressalta-se ainda, entretanto, a necessidade de mais dados interseccionais (em termos de raça/cor/etnia), e sobre saúde mental e deficiências.

Dimensões temáticas

Ambiente favorável para realização dos direitos das meninas

Os marcos legais e políticos de um país possuem papel fundamental na promoção da igualdade de gênero. O relatório fez uso de dados de monitoramento para o indicador ODS 5.1.1 (Existência ou não de arcabouço legal em vigor para promover, reforçar e monitorar a igualdade e a não-discriminação com base no sexo) e a Figura 1 apresenta quatro áreas do direito em que estruturas legais estão em vigor para promover e monitorar a igualdade de gênero, sendo elas: estruturas legais e vida pública; violência contra as mulheres; emprego e benefícios econômicos; e casamento e família.

Figura 1 - Avaliação das estruturas legais existentes para promover, impor e monitorar a igualdade e a não discriminação com base no sexo (porcentagem de realização), por região, 2018–2022 (últimos disponíveis) (ODS 5.1.1).



Source: Global SDG Indicators Database, 2024.

Note: Data for SDG 5.1.1 are derived from an assessment of the country's legal frameworks completed by national statistical offices and/or national women's machinery, and practitioners/researchers on gender equality. The scores (between 0 and 100) represent the percentage of achievement, an (unweighted) average, for each area of law. The average across all four areas of law is also presented.

Fonte: UNICEF, UN Women, Plan International (2025).

Embora muitas dessas leis não sejam específicas para meninas adolescentes, elas influenciam suas vidas à medida que elas fazem a transição para a idade adulta. Apesar de avanços na formulação de leis, ainda há grandes desigualdades regionais. Regiões como Europa, América do Norte e América Latina apresentam avanços importantes, enquanto Oriente Médio, África Subsaariana e Sul da Ásia enfrentam desafios significativos, principalmente na adoção de estruturas legais amplas e benefícios econômicos igualitários. Além disso, nenhum país

analisado possui arcabouço legal completamente alinhado aos princípios de igualdade de gênero.

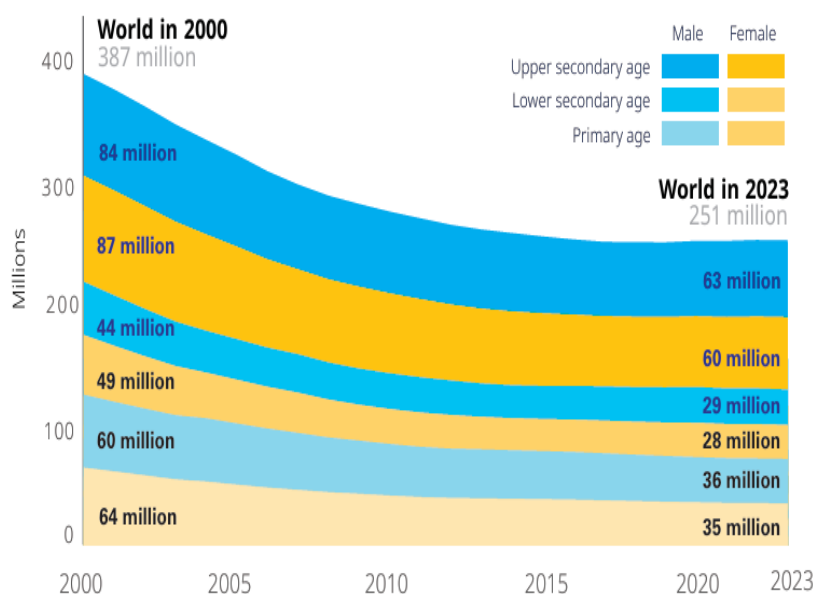
Alguns exemplos mencionados foram que apenas 78% dos países garantem igualdade entre filhas e filhos na herança e 72% mantêm brechas legais quanto à idade mínima para casamento. A persistência de leis discriminatórias revela um déficit de efetividade jurídica, onde normas progressistas coexistem com legislações patriarcais. A ausência de leis explícitas sobre consentimento e violência sexual reforça a invisibilidade institucional das adolescentes como sujeitos de direitos plenos.

A análise destaca a importância de fortalecer políticas públicas e legislações específicas para garantir a igualdade de gênero de forma mais ampla e efetiva.

Educação e habilidades

É notório o progresso no acesso das meninas à educação primária e secundária em nível global. Como é possível observar na Figura 2, houve redução de 200 milhões para 122 milhões de meninas fora da escola nesses últimos 23 anos.

Figura 2 - Número de crianças fora da escola, por sexo e nível de educação (2000-2023).

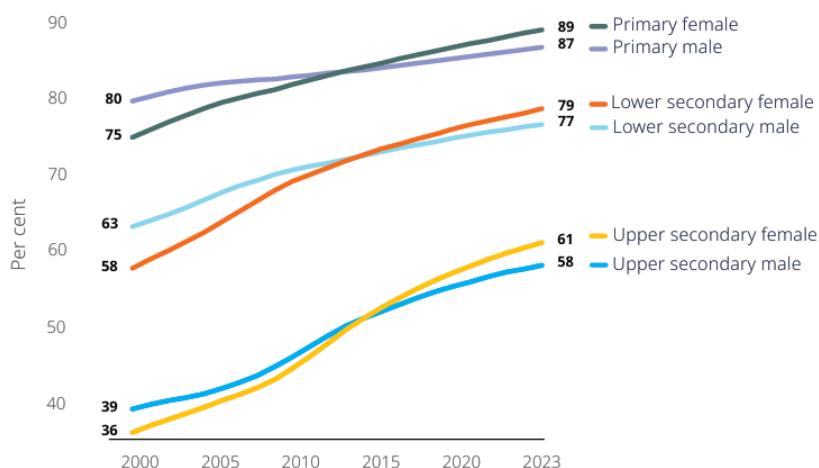


Source: UNESCO Institute for Statistics, 2024.

Fonte: UNICEF, UN Women, Plan International (2025).

Historicamente, as meninas superam os meninos em taxas de matrícula e conclusão (Figura 3). Isso tende a ser explicado pelas altas taxas de evasão escolar por parte dos rapazes, que muitos acabam indo para o mercado de trabalho (principalmente informal – e muitas vezes violento/do crime) ainda novos. Ainda assim, importante destaca que meninas, em especial da educação secundária (ensino fundamental II ou ensino médio), apresentam taxas de absenteísmo por conta de questões relacionadas à menstruação - especialmente em regiões mais pobres em que se têm pouco acesso à recursos da saúde menstrual.

Figura 3 - Taxas de conclusão, por sexo e nível de educação (2000-2023) (Indicador ODS 4.1.2).



Source: UNESCO Institute for Statistics, 2024.

Fonte: UNICEF, UN Women, Plan International (2025).

No entanto, há discrepâncias expressivas entre os países, e a análise regional indica que, na África Subsaariana, mais meninas estão fora da escola do que meninos em todos os níveis.

Meninas de famílias de baixa renda também estão particularmente em desvantagem. Uma análise com dados recentes sobre a conclusão do ensino médio por sexo, localização e riqueza revelou lacunas nas taxas de conclusão entre as meninas rurais mais pobres e as meninas urbanas mais ricas.

Além disso, as lacunas de gênero persistem em áreas chave da educação e habilidades para as forças de trabalho modernas, particularmente em disciplinas STEM (*Science, Technology, Engineering, and Mathematics*). Apoiar meninas adolescentes a aprender o que precisam para entrar no mercado de trabalho na idade adulta é um aspecto crucial da segurança econômica e empoderamento.

Em suma, embora o avanço quantitativo seja notável, o desafio é qualitativo e estrutural: combater o abandono escolar na adolescência, promover ambientes inclusivos e superar normas de gênero que minam a autoconfiança das meninas, sobretudo nas ciências e tecnologias.

Segurança econômica

Dados sobre a segurança econômica de meninas adolescentes são escassos, mas o direito de viver livre da pobreza e a capacidade de influenciar decisões financeiras que as afetam são críticos para o empoderamento econômico das meninas adolescentes. Essa ausência de dados sobre autonomia financeira e tomada de decisão econômica sugere um apagamento da dimensão subjetiva da pobreza.

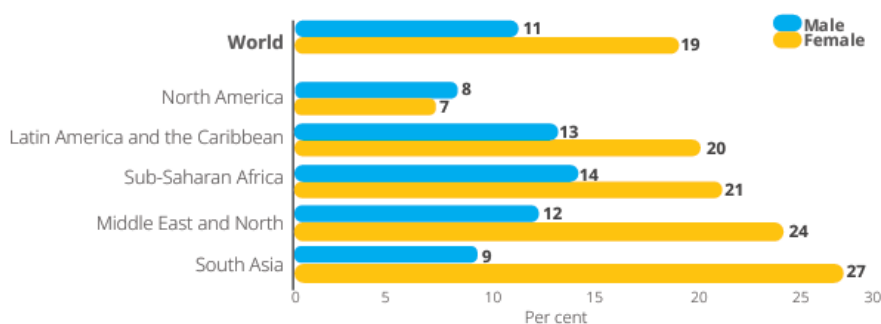
Embora não haja diferenças estatisticamente significativas, seja global ou regionalmente, na proporção de homens e mulheres vivendo em pobreza monetária, a análise

por composição familiar e grupos etários encontra mais mulheres vivendo em lares que lutam para sobreviver com menos de um dólar por dia por pessoa do que homens. A pobreza monetária se cruza com a desigualdade de gênero, no entanto, para influenciar a tomada de decisões no lar – por exemplo.

Aproximadamente 48% das meninas de 10 a 17 anos vivem em pobreza multidimensional, ou seja, enfrentam privação simultânea em várias dimensões da vida (educação, moradia, nutrição, proteção, entre outras). O relatório demonstra ainda que: filhas de mães com baixa escolaridade têm até 8 vezes mais chances de viver em pobreza; as meninas têm menos acesso a oportunidades de desenvolvimento de habilidades digitais e ocupacionais, essenciais para o futuro do trabalho; persistem desigualdades de gênero em indicadores como trabalho não remunerado, NENT (nem estudando, nem trabalhando) e desemprego juvenil, com meninas sendo especialmente prejudicadas.

Entre o período dos 15 aos 19 anos, em que os adolescentes deveriam estar na escola ou exercendo alguma atividade, observam-se lacunas de gênero que desfavorecem as meninas em todas as regiões com dados (Figura 4).

Figura 4 - Taxa de NENT de adolescentes (com idade entre 15 e 19 anos), por sexo e região, 2015–2023 (últimos dados disponíveis) (ODS 8.6).



Fonte: UNICEF, UN Women, Plan International (2025).

A maior lacuna é vista no Sul da Ásia, onde meninas adolescentes têm três vezes mais chances de estarem "nem estudando, nem trabalhando" do que os meninos da mesma idade (27% e 9%, respectivamente), seguidas pelo Oriente Médio e Norte da África, onde a taxa para meninas é o dobro da dos meninos (24% e 12%, respectivamente). Um ponto importante destacado no documento é que as cargas de trabalho não remunerado das mulheres podem explicar, em parte, a maior probabilidade de jovens mulheres não estarem estudando, empregadas ou em treinamento do que os jovens homens, além das taxas mais baixas de participação das mulheres na força de trabalho.

A pobreza, ao incidir sobre meninas, não é apenas ausência de renda, mas um fenômeno relacional e cumulativo que afeta seu acesso a direitos, seu bem-estar psíquico e sua participação na vida social. O relatório evidencia a dimensão intergeracional da pobreza, mas ainda há lacunas importantes quanto à coleta de dados sobre autonomia financeira e "poder de barganha" intradomiciliar. Essas dimensões subjetivas da desigualdade econômica permanecem invisibilizadas em muitas pesquisas tradicionais.

Violência e práticas nocivas

A violência de gênero é uma das violações de direitos humanos mais presentes ao redor do mundo e suas consequências podem durar uma vida inteira. Predominantemente vivenciada por mulheres e meninas, este tipo de violência tem suas raízes nos desequilíbrios de poder baseados no gênero e é historicamente alimentada por muitos fatores, incluindo normas de gênero prejudiciais e proteções legais insuficientes, fruto da ampla estrutura societária patriarcal em termos globais.

O relatório alerta que, apesar de avanços em marcos legais e campanhas públicas, a prática de casamento infantil, mutilação genital feminina e violência por parceiro íntimo continua alarmante em diversas regiões.

A pandemia de COVID-19 agravou significativamente os riscos de violência enfrentados por meninas e mulheres, especialmente em contextos humanitários e pós-conflito. A perda de redes de apoio, a insegurança econômica e o deslocamento/migração para locais por vezes instáveis contribuíram para o aumento da violência baseada em gênero. Em um levantamento com mais de 850 mulheres em países africanos, realizado cerca de um ano após o início da pandemia, 73% relataram aumento da violência por parceiro íntimo, 51% aumento da violência sexual e 32% aumento de casamentos forçados e precoces. Além disso, o tráfico de meninas para fins de exploração sexual cresceu 38% em 2022 em relação a 2019.

O espaço doméstico tampouco garante proteção: em 2023, 51.100 mulheres e meninas foram assassinadas por parceiros ou familiares — o que representa 140 mortes por dia — muitas delas após relatos prévios de violência física, sexual ou psicológica. Globalmente, quase uma em cada quatro adolescentes que já estiveram em união formal ou informal vivenciaram violência por parceiro íntimo ao longo da vida, sendo que, no último ano, uma em cada cinco adolescentes enfrentou esse tipo de violência, e ainda há de se considerar a grande subnotificação. Também variam consideravelmente entre países, oscilando de menos de 5% em nações como Camboja e Senegal a mais de 50% em países como Libéria, Papua-Nova Guiné e Kiribati. Tais variações demonstram que a violência por parceiro íntimo não é inevitável, podendo ser efetivamente reduzida e prevenida por meio de políticas públicas e ações coordenadas.

A persistência dessas práticas revela que o progresso legal e institucional não tem se traduzido em mudanças normativas e culturais profundas. A naturalização da violência como parte da trajetória de socialização feminina permanece como uma das barreiras mais resistentes.

A violência não é evento isolado, mas condição estrutural da vida de muitas meninas. Ao abordar a violência no contexto de normas de gênero, o relatório aponta para a necessidade de estratégias intersetoriais e transformadoras. No entanto, faltam dados consistentes sobre violência psicológica, controle coercitivo e assédio digital, lacunas que comprometem a plena compreensão do fenômeno.

Saúde e nutrição

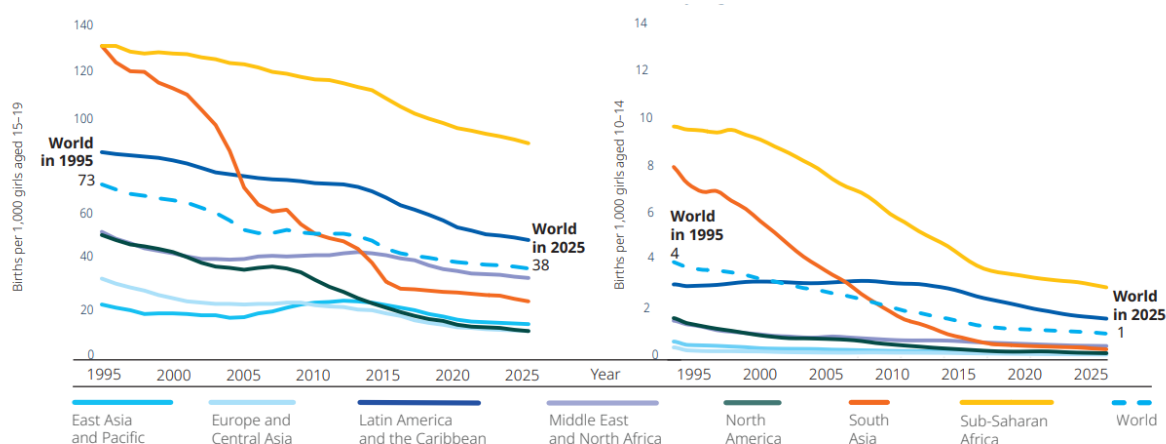
Ao longo dos últimos 30 anos, muitos avanços na saúde e bem-estar das meninas adolescentes foram observados. Melhores condições de vida, saneamento básico, acesso à serviços de saúde, empoderamento feminino e aumento na expectativa de vida de 4,5 anos. Entretanto, os recursos e oportunidades continuam sendo distribuídos de forma desigual.

A expectativa de vida aumentou em todos os grupos de renda, mas desafios persistem, especialmente em países de baixa renda. Uma menina de 15 anos em um país de baixa renda hoje vive, em média, 8,1 anos a menos do que uma menina de país rico vivia há 30 anos. Comparando com meninas de 15 anos de países ricos atualmente, a diferença é ainda maior: 12 anos a menos de expectativa de vida (72,3 e 84,5 anos, respectivamente).

O relatório destaca a vacinação contra o HPV como um indicador-chave de saúde preventiva entre meninas adolescentes e é uma das principais causas de mortalidade entre mulheres em países de baixa e média renda. A vacinação é recomendada idealmente entre os 9 e 14 anos de idade, antes do início da atividade sexual. A cobertura vacinal contra o HPV aumentou de 3% em 2010 para cerca de 20% em 2023, para meninas que completaram 15 anos e receberam ao menos uma dose entre os 9 e 14 anos. Regiões como Europa e América Latina apresentam avanços importantes, mas em contrapartida, países de África Subsaariana e do Sul da Ásia ainda enfrentam grandes desafios.

A taxa de natalidade entre adolescentes é o número de nascimentos por mil meninas de 15 a 19 anos e trata-se de um indicador crucial para avaliar o acesso das meninas à educação sexual, aos serviços de saúde sexual e reprodutiva e à sua autonomia corporal. Embora os dados mostrem uma tendência global de declínio nas últimas três décadas, as desigualdades regionais permanecem profundas e enraizadas (Figura 5).

Figura 5 - Taxa de natalidade na adolescência (nascimentos por 1.000 meninas de 10 a 14 anos e 15 a 19 anos), por região, 1995–2025 (ODS 3,72).



Source: United Nations Department of Economic and Social Affairs – Population Division, 'World Population Prospect 2024'.

Fonte: UNICEF, UN Women, Plan International (2025).

A região que concentra as mais altas taxas é África Subsaariana. Em muitos países da região, os níveis ultrapassam 100 nascimentos por mil adolescentes. A persistência de casamento infantil, gravidez precoce forçada e acesso limitado a métodos contraceptivos são

fatores centrais na região. Além disso, normas de gênero profundamente arraigadas continuam a valorizar a maternidade como destino natural para meninas, reforçando o ciclo de exclusão.

A América Latina e Caribe, por sua vez, é marcada por uma combinação de fatores: embora o acesso à educação tenha melhorado, as políticas de educação sexual são frequentemente contestadas por forças conservadoras, e o acesso a serviços de saúde sexual e contracepção de qualidade é desigual. Na região há inconsistência entre avanços legislativos e realidade prática. A gravidez na adolescência, em muitos contextos, não é resultado de escolha, mas de falta de autonomia, desinformação, violência sexual e ausência de proteção institucional.

No Sul da Ásia observa-se declínio expressivo da taxa de natalidade na adolescência graças a políticas públicas voltadas para o enfrentamento do casamento infantil e à expansão de programas educacionais para meninas, especialmente em países como Índia e Bangladesh. No Oriente Médio e Norte da África também se observou redução nas últimas décadas, embora com heterogeneidade entre os países. Em alguns contextos, especialmente aqueles afetados por conflitos armados e deslocamentos forçados, as taxas permanecem elevadas.

Na Europa e Ásia Central temos os níveis mais baixos de natalidade adolescente com taxas que caíram para menos de 15 nascimentos por mil meninas. Esse avanço é creditado a sistemas robustos de saúde pública, educação sexual abrangente nas escolas e ampla cobertura contraceptiva.

Em relação às principais causas de mortalidade entre adolescentes de 15 a 19 anos, observamos uma mudança significativa tanto entre os sexos masculino e feminino quanto em termos de anos (Figura 6).

Figura 6 - Cinco principais causas de morte entre adolescentes de 15 a 19 anos, por sexo, 2000 e 2021.

Rate	2000	2021	Rate
111	1. Other NCDs	1. Other NCDs	90
89	2. Other communicable diseases	2. Self-harm	44
62	3. Self-harm	3. Other communicable diseases	31
58	4. Tuberculosis	4. Neoplasms/cancer	28
47	5. Other injuries	5. Interpersonal violence	26

Girls

Rate	2000	2021	Rate
117	1. Road traffic injuries	1. Road traffic injuries	77
89	2. Other communicable diseases	2. Other communicable diseases	71
80	3. Other NCDs	3. Other NCDs	68
73	4. Interpersonal violence	4. Interpersonal violence	58
72	5. Tuberculosis	5. Other injuries	48

Boys

Source: Villavicencio, Francisco, et al., 'Global, Regional, and National Causes of Death in Children and Adolescents Younger than 20 Years: An open data portal with estimates for 2000-2021', *Lancet Global Health*, vol. 12, no. 1, January 2024, pp. e16-e17.
 Note: Non-communicable diseases (NCDs): NCDs are chronic diseases, which mainly include cardiovascular disease, cancer, diabetes, and chronic respiratory disease.

Fonte: UNICEF, UN Women, Plan International (2025).

A saúde mental é um aspecto crucial especialmente das meninas, que enfrentam fatores de risco específicos. Eventos como o casamento infantil e a gravidez não planejada são fortes influenciadores de condições como depressão e ansiedade, principalmente em países de baixa e média renda.

A depressão é a principal causa de incapacidade entre meninas de 15 a 19 anos no mundo. Muitas enfrentam esse sofrimento por meio da automutilação (segunda principal causa de morte em 2021). Destaca-se que os números podem estar subestimados devido à baixa qualidade dos dados, especialmente em países com menos recursos. Um desafio adicional é que os serviços de saúde mental frequentemente não atendem adequadamente às necessidades específicas das meninas. Treinamentos especializados em temas como violência entre parceiros adolescentes, casamento infantil e transtornos alimentares poderiam melhorar essa resposta.

Outros indicadores de saúde como acesso ao planejamento familiar, casamento infantil e taxa de infecção por HIV também foram analisados no relatório.

Em relação as condições nutricionais, observa-se que durante a adolescência, as meninas tornam-se especialmente vulneráveis à má nutrição devido ao crescimento acelerado e ao início da menstruação. A gravidez nessa fase agrava ainda mais os riscos nutricionais, tanto para a mãe quanto para o bebê. Um baixo índice de massa corporal (IMC) aumenta o risco de complicações na gravidez, enquanto o sobrepeso pode levar a doenças crônicas nos filhos no futuro.

Os programas de nutrição têm recebido pouca atenção e, historicamente, se concentram principalmente em refeições escolares. Um dos maiores problemas nutricionais nessa faixa etária é a anemia por deficiência de ferro, que é uma das principais causas de anos de vida perdidos por incapacidade. Adolescentes grávidas são ainda mais suscetíveis à anemia. Dados mostram que os níveis de anemia entre meninas adolescentes seguem altos e, em alguns países, aumentaram desde 2000.

No mundo, a proporção de meninas adolescentes (10 a 19 anos) com baixo peso diminuiu levemente, de 10% em 1995 para 8% em 2022. A Ásia Meridional foi a região com a maior redução, mas ainda concentra a maior proporção de meninas adolescentes com baixo peso. Por outro lado, a proporção de meninas adolescentes com sobrepeso dobrou no mesmo período, passando de 9% em 1995 para 18% em 2022. Esse aumento foi observado em todas as regiões do mundo, com destaque para a América Latina e o Caribe. Na região do Oriente Médio e Norte da África, o índice também subiu. Esses dados indicam que o sobrepeso se tornou uma epidemia crescente entre adolescentes ao redor do mundo.

Água, Saneamento e Higiene (WASH) e saúde menstrual

Esta seção do relatório destaca a dimensão cotidiana da especificidade da desigualdade de gênero. As limitações no acesso à água e saneamento escancaram um problema estrutural com implicações cotidianas e simbólicas: a menstruação ainda é cercada por estigma, isolamento e vergonha, o que reproduz a exclusão desde cedo. O acesso a água, saneamento e higiene deve ser entendido como um direito sexual e reprodutivo ampliado, segundo o relatório.

A deficiência em infraestrutura de saneamento e higiene menstrual ainda impede a participação plena das meninas na escola e na sociedade. Em vários países, de baixa renda, em torno de 25% das meninas faltam à escola durante a menstruação, por ausência de

infraestrutura, insumos e privacidade. As meninas ainda são as principais responsáveis por buscar água, afetando seu tempo de estudo e lazer.

A relação entre infraestrutura, tabus culturais e saúde sexual das meninas é muitas vezes negligenciada nas políticas públicas. No entanto, seria desejável uma análise mais aprofundada sobre como raça, deficiência e localidade rural ou urbana afetam o acesso das meninas a ambientes menstruais seguros.

ODS em perspectiva comparada

O relatório ainda apresenta uma análise comparativa do progresso e do esforço necessário, partir de uma abordagem de *benchmarking*, para os países alcançarem as 16 metas dos ODS que têm relação com bem-estar de meninas adolescentes. Essa metodologia permite classificar o esforço necessário em cinco categorias, com base na comparação histórica (Baixo esforço; Esforço médio; Esforço alto; Esforço muito alto; e Esforço acima do que já foi registrado historicamente).

Dentre os principais pontos destacamos:

- Nenhum país com dados disponíveis alcançou todas as 16 metas analisadas. Apenas a Letônia atingiu ao menos seis delas, indicando a necessidade de acelerar os investimentos no bem-estar de meninas adolescentes;
- Os maiores avanços foram observados nas metas relacionadas à saúde materna e reprodutiva:
 - Proporção de nascimentos assistidos por profissionais qualificados (ODS 3.1.2).
 - Taxa de fecundidade entre adolescentes de 15 a 19 anos (ODS 3.7.2).
- Foram selecionados 16 indicadores de um total de 48 relacionados à infância, com dados disponíveis para o período de 2000 a 2022.
- Países como República Tcheca, Polônia, Ruanda, Sérvia e Tonga conseguiram atingir 5 das 16 metas, mas ainda enfrentam desafios significativos para atingir as demais.
- Por outro lado, países como Afeganistão, República Centro-Africana, Mali e Somália enfrentam dificuldades extremas, exigindo esforços muito altos ou inéditos em todos os indicadores com dados disponíveis.
- As maiores lacunas de dados estão nos indicadores de proficiência em leitura e matemática (ODS 4.1.1), dificultando a avaliação do aprendizado das meninas nas escolas.

Essa abordagem pode ajudar os governos a priorizar investimentos em áreas com maiores lacunas, especialmente em contextos de restrições fiscais. Além disso, a análise orienta sobre a viabilidade dos esforços necessários, promovendo políticas mais realistas e eficazes para que meninas adolescentes possam alcançar seus direitos.

Recomendações

Por fim, o documento recomenda:

1. **Garantir apoio tangível e acionável às vozes, à atuação e ao protagonismo das meninas adolescentes**

A geração atual de meninas está se fazendo ouvir e já está na linha de frente das mudanças ao redor do mundo. Com o apoio adequado, acesso a recursos e participação ativa nos espaços de decisão, as adolescentes podem ajudar a transformar o mundo para melhor, contribuindo para políticas públicas mais eficazes para elas e para todos. Não se trata de sobrepor a voz das meninas às demais, nem de consultas intermináveis, mas de ações específicas e significativas que garantam que elas sejam ouvidas nas questões que lhes dizem respeito e recebam o apoio necessário.

2. **Estabelecer e acompanhar metas explícitas de mudança para meninas adolescentes, frequentemente invisibilizadas e marginalizadas**

Definir metas claras para monitorar os resultados para meninas adolescentes é essencial para promover avanços. Embora seja necessária uma priorização contextualizada, há temas que se destacam globalmente. Lacunas no progresso – como os ganhos na redução do casamento infantil estarem concentrados entre os domicílios mais ricos – evidenciam a necessidade de programas que enfrentem, simultaneamente, a pobreza, as realidades econômicas e as normas sociais nocivas. O número desproporcional de meninas adolescentes fora da escola, do mercado de trabalho ou da formação profissional, e sua exclusão do desenvolvimento de habilidades digitais, ameaçam os avanços conquistados e o crescimento econômico que poderia beneficiar toda a sociedade. A estagnação em indicadores como o baixo peso também chama atenção. Prioridades específicas por país, apoiadas por mecanismos de responsabilização baseados em dados e investimentos concretos, são fundamentais para transformar compromissos políticos em mudanças reais.

3. **Investir com inteligência para liberar o potencial social e econômico**

Governos e parceiros devem investir em soluções comprovadas que promovam mudanças em múltiplos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em larga escala — como educação e qualificação, transferências de renda e programas de empoderamento econômico voltados às meninas. Os sistemas existentes — desde os serviços de saúde materna até os currículos escolares — devem ser adaptados para atender às necessidades das adolescentes, em vez de criar projetos pequenos e isolados. Complementos integrados, baseados em evidências — como incluir apoio à parentalidade em programas de saúde materna já existentes — podem ser eficazes em termos de custo e acelerar os resultados se bem planejados.

O caminho a seguir exige um compromisso com políticas que derrubem barreiras estruturais, promovam a liderança das meninas adolescentes e garantam que suas vozes sejam ouvidas. Investimentos em projetos intersetoriais, que abordem uma variedade de resultados e possam ser ampliados, são essenciais.

Alcançar a igualdade de gênero requer garantir que todas as meninas tenham “as ferramentas, os direitos e as oportunidades para prosperar nos próximos 30 anos e além”, conforme finaliza o relatório.

Referência

United Nations Children's Fund (UNICEF), UN Women, Plan International. *Girl goals: what has changed for girls? Adolescent girls' rights over 30 years*. New York: UNICEF; 2025 (Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2025/03/adolescent-girls-rights-over-30-years>; acesso em 09/06/25).